

Automedicação entre profissionais da saúde durante a pandemia da COVID-19

Self-medication among health professional during the COVID-19 pandemic

Automedicación entre el personal sanitario durante la pandemia de COVID-19

Recebido: 27/02/2023 | Revisado: 16/03/2023 | Aceitado: 17/03/2023 | Publicado: 23/03/2023

Marília Mendes de Luca

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2485-7856>
Faculdade de Medicina de Itajubá, Brasil
E-mail: mariliamdeluca@gmail.com

Maria Theresa Iorio Venturi

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7818-6824>
Faculdade de Medicina de Itajubá, Brasil
E-mail: mariatheresaventuri@gmail.com

Beatriz Cortez de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8437-0863>
Centro Universitário de Lavras, Brasil
E-mail: beatrizquerubim@yahoo.com.br

Luciano Magalhães Vitorino

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1023-8488>
Faculdade de Medicina de Itajubá, Brasil
E-mail: lucianoenf@yahoo.com.br

Paulo José Oliveira Cortez

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8590-5172>
Faculdade de Medicina de Itajubá, Brasil
E-mail: paulo.cortez@fmit.edu.br

Resumo

Introdução: Estudos têm demonstrado que a automedicação é uma prática comum no Brasil entre os profissionais da saúde devido à uma tendência em evitar a procura por especialistas. No entanto, poucos estudos avaliaram a automedicação entre esses profissionais durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. **Objetivo:** Analisar a automedicação entre profissionais da saúde durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. **Métodos:** Realizou-se um estudo observacional, transversal com 290 profissionais da área de saúde, que relataram automedicação. Os participantes responderam a um questionário autoaplicável enviado a profissionais de saúde por canais de comunicação online no período entre outubro de 2020 e janeiro de 2021. **Resultados:** A amostra de 290 profissionais da saúde relataram automedicação durante esse período. Dentre os medicamentos, os mais utilizados, 161, foram analgésicos e anti-inflamatórios, sendo que o motivo de destaque que levou a essa prática é a experiência anterior sobre o sinal/sintoma, majoritariamente cefaleia e enxaqueca, 131 (45,2%). **Conclusão:** Conclui-se que os profissionais da saúde mantiveram altos níveis de automedicação durante a pandemia da COVID-19, quando comparado com a literatura pré-COVID-19.

Palavras-chave: Automedicação; Pessoal de saúde; COVID-19.

Abstract

Introduction: Studies have shown that self-medication is a common practice in Brazil among health professionals due to the tendency to avoid looking for a specialist. However, few studies have evaluated the self-medication among these professionals during the COVID-19 pandemic scenario in Brazil. **Objective:** The present study investigated of self-medication among health professionals during the COVID-19 pandemic in Brazil. **Methods:** A cross-sectional study was fulfilled with 290 health professionals. The participants answered a pre-tested and revised questionnaire that was sent remotely to different online groups and platforms. **Results:** The sample of 290 healthcare professionals reported self-medication during this period. Among the drugs, the most used, 161, were analgesics and anti-inflammatories, and the most important reason that led to this practice is previous experience with the sign/symptom, mostly headache and migraine, 131 (45,2%). **Conclusion:** We conclude that healthcare professionals maintained high levels of self-medication during the COVID-19 pandemic, when compared to the pre-COVID-19 literature.

Keywords: Self-medication; Health personnel; COVID-19.

Resumen

Introducción: Los estudios han demostrado que la automedicación es una práctica común en Brasil entre los profesionales de la salud debido a la tendencia a evitar la búsqueda de especialistas. Sin embargo, pocos estudios han evaluado la automedicación entre estos profesionales durante la pandemia de COVID-19 en Brasil. **Objetivo:** Analizar la automedicación entre los profesionales de salud durante la pandemia de COVID-19 en Brasil. **Métodos:** Se realizó

un estudio observacional transversal con 290 profesionales de la salud que informaron automedicación. Los participantes respondieron a un cuestionario autoadministrado enviado a los profesionales de la salud a través de canales de comunicación en línea en el período comprendido entre octubre de 2020 y enero de 2021. Resultados: La muestra de 290 profesionales sanitarios declararon automedicarse durante este periodo. Entre los fármacos, los más utilizados, 161, fueron analgésicos y antiinflamatorios, y la razón más importante que llevó a esta práctica es la experiencia previa sobre el signo/síntoma, principalmente cefalea y migraña, 131 (45,2%). Conclusión: Se concluye que los trabajadores sanitarios mantuvieron altos niveles de automedicación durante la pandemia COVID-19, en comparación con la literatura previa a la misma.

Palabras clave: Automedicación; Personal sanitario; COVID-19.

1. Introdução

A automedicação é definida como o uso de medicamentos sem acompanhamento de um profissional especializado e habilitado para determinar o tratamento adequado para o doente. A venda de medicamentos sem necessidade de apresentação de receita médica/odontológica possibilita que o paciente faça seu auto tratamento em função de sinais e sintomas que prejudiquem sua saúde de maneira aguda ou crônica (Rodrigues, 2020).

Essa prática é frequentemente associada a melhora de sintomas autolimitados e controle de quadros crônicos principalmente no tratamento de cefaleias, dores musculares, resfriados comuns, náuseas e vômitos, entre outros. Pode-se considerar que o aumento dessa prática acontece devido a simplicidade e repetição do quadro, trazendo a sensação de segurança para o tratamento de doenças sem auxílio médico. Dessa forma, a automedicação limita-se no alívio imediato dos sintomas, sem a procura de profissional especializado caso a medicação seja resolutive (Gonzaga, 2021; Noone, 2017).

No Brasil, há uma tendência em evitar os serviços de saúde pela facilidade ao acesso das medicações, isso porque a experiência anterior com o medicamento é o principal fator que leva o indivíduo a prática da automedicação (Pons, 2017). Além disso, o uso de um medicamento repetidas vezes também está relacionado com a padronização dos receituários médicos para a mesma condição de saúde, cujo motivo leva o paciente a reutilizar a medicação sem consultar novamente um profissional. Esse acesso livre aos fármacos predispõem a formação de uma polifarmácia domiciliar, composta principalmente por analgésicos e anti-inflamatórios, o que leva o doente a fazer uma avaliação leiga dos riscos e benefícios envolvidos no autotratamento (Kassie, 2017).

Quanto aos efeitos colaterais, a prática da tentativa de se auto cuidar gera consequências não intencionais, em que o paciente poderá ter o mascaramento dos sintomas e desenvolver reações indesejáveis, sem ter informações suficientes para discernimento dos sérios riscos à saúde que podem ser causados, além de promover gastos de recursos inviáveis (Bennadi, 2014; Lopez, 2021). Esse cenário pode se tornar um real problema ao sistema público, tanto no âmbito social provocado pela iniquidade do acesso aos medicamentos, quanto um colapso na saúde (Rodrigues, 2020).

A automedicação é também uma prática muito prevalente entre os profissionais de saúde. Ao contrário da população em geral, a auto prescrição pode ser realizada com maior facilidade. Associado ao amplo acesso à fármacos e a isenção de barreiras burocráticas, a familiaridade com as medicações é um fator potencial ao auto tratamento. No entanto, esse grupo também está submetido aos efeitos colaterais e interações medicamentosas que podem ser desconhecidos pelos profissionais não especialistas em determinada área. A medicação que se pretende usar pode levar a uma prescrição excessiva/inadequada e ao adoecimento da comunidade médica, principalmente (Fekadu, 2020; Sado, 2017).

Diante do contexto da pandemia da COVID-19 houve uma mudança significativa da rotina de muitos médicos e enfermeiros que trabalharam na linha de frente, compondo extensas jornadas de trabalho. As milhões de morte no mundo resultante das altas taxas de contaminação pelo SARS-CoV-2 configurou um cenário desafiador para os profissionais da saúde (Baud, 2020). Dessa forma, muitos profissionais submetidos a sintomas de desgaste físico e emocional (Mota, 2021; Teixeira, 2020), como labilidade do estado mental e quadros de dor recorrentes, buscaram garantir um tratamento por meio da competência de auto prescrição e automedicação (Canari, 2021). Esse fato despertou o interesse em avaliar a possível

prevalência da automedicação durante a COVID-19 (Sadio, 2021; Makowska, 2020; Onchonga, 2020; Sahanic, 2020; Faqihi, 2020).

Partindo do pressuposto da literatura, há uma estreita relação entre os profissionais da saúde e a automedicação. O que está escasso é saber o quanto o uso de medicamentos sem prescrição entre o pessoal da saúde está prevalente em cenário pandêmico. Com isso, o objetivo do estudo foi analisar a automedicação por profissionais no Brasil durante a pandemia da COVID-19, relacionando-o com os fatores e sintomas que levam à essa prática.

2. Metodologia

Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Medicina de Itajubá (CAAE: 38452920.3.0000.5559) e Número do Parecer: 4.562.566 realizou-se um estudo observacional, transversal e de caráter quantitativo sobre a automedicação realizada por profissionais de saúde durante a pandemia da COVID-19.

O estudo apresenta-se como metodologia mista (quali-quantitativa), utilizando amostragem estratificada (2018, Pereira; 2013, Severino). O instrumento para coleta de dados foi enviado de forma remota através de questionário autoaplicável, a partir do serviço gratuito formulário Google, testado, aperfeiçoado, revisado e enviado a diferentes grupos e plataformas online de profissionais de saúde, como WhatsApp®, Facebook®, E-mail e Instagram®. Os dados foram coletados por meio da amostra alvo dos questionários recebidos, que teve início na primeira semana de outubro de 2020 e término ao final do mês de janeiro de 2021.

O questionário foi desenvolvido pelos pesquisadores com base na literatura, através de estudos publicados em plataformas, como PubMed® e SciELO, que apresentavam informações sobre a prática de automedicação e suas variáveis.

Foi obtido retorno de 573 respostas, sendo que destas, 290 relataram ter se automedicado durante a pandemia da COVID-19.

Passou-se a considerar o quantitativo de 290 profissionais de saúde, sendo que 220 atuaram na linha de frente envolvidos na gestão e controle da pandemia.

O presente estudo analisou as características sociodemográficas dos profissionais da saúde participantes, como profissão, idade, gênero e cidade/estado que residiam no Brasil. As perguntas sobre os padrões da automedicação incluíam os sinais e sintomas responsáveis, os motivos que justificavam essa prática, os medicamentos usados, como é a atuação do participante na prática contra a COVID-19. O histórico de reações adversas e o uso off-label em medicamentos também foram investigados durante o surto pandêmico. O questionário foi testado em piloto, com seis pessoas que eram representativas da população do estudo para determinar a organização e clareza das questões, sendo necessária a mudança de algumas palavras para melhor entendimento.

Os dados coletados foram analisados e resumidos por meio de estatística descritiva e posteriormente apresentados em tabelas e porcentagens.

3. Resultados

Após análise dos dados, emergiram algumas categorias a serem explanadas.

Características sociodemográficas dos participantes

A pesquisa foi respondida por 290 participantes nos 26 estados do Brasil e Distrito Federal, cuja maioria, 207 (71,4%), eram do sexo feminino e médicos (46,5%), como mostrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Características sociodemográficas dos participantes em estudo realizado durante a pandemia da COVID-19 no Brasil.

Variáveis	N	%
Gênero		
Feminino	207	71,4
Masculino	83	28,6
Profissão		
Médico	135	46,5
Enfermeiro	94	32,4
Outros	61	21,1

Fonte: Dados dos Autores.

Motivos relacionados a COVID-19 para automedicação

A amostragem de profissionais da saúde utilizaram pelo menos um medicamento sem receita prescrita por especialista. Para seguimento do questionário, foi considerado apenas as respostas afirmativas para a prática da automedicação, seguindo os valores referentes às 290 respostas coletadas.

Como mostrado na Tabela 2, dos profissionais que fizeram uso de terapias sem prescrição por especialistas, 125 (43,1%) acreditam que a automedicação não está relacionada ao período de pandemia, enquanto 88 (30,3%) possuem a percepção de que a pandemia influenciou nesta prática. O principal sinal e sintoma autorrelatado para a prática da automedicação foi a presença de cefaleia/enxaqueca, 131 (45,2%), seguido de 40 respostas (13,8%) relatando dores nas articulações e músculos e 32 (11,0%) com sintomas de ansiedade.

A experiência anterior sobre o sinal e sintoma foi o principal motivo que levou à prática com 135 respostas (46,6%), sendo que a segunda razão para a automedicação foi o uso passado do medicamento, 84 (29,0 %). Em relação às principais classes medicamentosas usadas, um total de 161 (55,5%) profissionais fizeram uso de analgésicos e anti-inflamatórios, sendo os medicamentos mais consumidos. Entre os indivíduos que se automedicaram, somente 21,4% (62 respostas) leem a bula sempre antes da prática e a minoria, 6,2% (18 respostas), já apresentou reação alérgica após se automedicar.

Tabela 2 - Automedicação: sintomas, motivos e medicamentos usados em estudo realizado durante a pandemia da COVID-19 no Brasil.

Variáveis	N	%
Se automedicou mais durante a pandemia		
Concordo	88	30,3
Neutro	77	26,6
Discordo	125	43,1
Sinais e Sintomas		
Cefaleia/enxaqueca	131	45,2
Dores nas Articulações	40	13,8
Sintomas de Ansiedade	32	11,0
Outros	87	30,0
Motivos		
Experiência anterior sobre o sinal/sintoma	135	46,6
Experiência com medicamento	84	29,0
Medicamento estava ao alcance imediato	4	1,4
Outros	67	23,0
Classe do medicamento		
Analgésicos e Anti-inflamatórios	161	55,5
Psicofármacos	30	10,4
Outros	99	34,1
Reação Alérgica		
Sim	18	6,2
Não	272	93,8
Lê a bula		
Nunca	27	9,3
Às vezes	201	69,3
Sempre	62	21,4

Fonte: Dados dos Autores.

O uso de medicamentos com finalidade distinta ao tratamento contido na bula, ou seja, seu uso off-label teve destaque durante a pandemia da COVID-19 no Brasil (Tabela 3).

A maioria atuou na linha de frente contra a COVID-19, sendo 220 respostas (75,9%).

A exclusividade de atuação na rede de sistema público foi o principal recurso dos profissionais (45,9%). Observou-se também que os entrevistados exerceram extenuantes cargas de trabalho, excedendo 49 horas semanais (30,4%) quando ajustados para cargas horárias menores de 24 horas. Todos os valores colhidos tiveram base uma média de intervalo de quatro meses, demonstrando que a maioria (54,2%) dos profissionais atuaram por períodos maiores do que a referência obtida. Apesar do tempo de trabalho exercido e aos riscos que esses profissionais estavam expostos, os resultados demonstraram que, até o momento da entrevista, a minoria dos trabalhadores foi contaminada pelo vírus (29,7%). Com relação à auto avaliação de saúde nos últimos 15 dias destes profissionais atuantes, a partir da resposta à entrevista, apenas 30,7% apresentava satisfação de sua saúde.

Tabela 3 - Análise dos fatores associados aos profissionais de saúde que se automedicaram durante a pandemia da COVID-19 no Brasil.

Variáveis	N	%
Sexo		
Masculino	83	28,6
Feminino	207	71,4
Atuou na linha de frente		
Sim	220	75,9
Não	70	24,1
Unidade de trabalho		
Sistema público de Saúde	133	45,9
Sistema privado de Saúde	28	9,7
Ambos	59	20,3
Não atuou	70	24,1
Horas de trabalho		
<24 horas	49	16,9
25-48 horas	83	28,6
>49 horas	88	30,4
Não atuou	70	24,1
Duração		
< 4 meses	63	21,7
> 4 meses	157	54,2
Não atuou	70	24,1
Auto avaliação de saúde^a		
Insatisfeito	78	26,9
Nem satisfeito nem insatisfeito	53	18,3
Satisfeito	89	30,7
Não atuou	70	24,1
Foi diagnosticado com Covid-19		
Sim	86	29,7
Não	134	46,2
Não atuou	70	24,1
Medicações off-label^b		
Sim	124	42,8
Não	96	33,1
Não atuou	70	24,1

^a Nos últimos 15 dias. ^b Medicamentos com finalidade distinta ao tratamento contido na bula. Fonte: Dados dos Autores.

4. Discussão

O presente estudo foi realizado durante a pandemia da COVID-19 com o intuito de analisar a prevalência da automedicação entre os profissionais da saúde, médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, farmacêuticos, nutricionistas e dentistas, e seus fatores associados. O grupo que realizou o uso de medicamentos sem receita médica/odontológica teve um resultado similar ao número de pessoas que fizeram uso terapêutico acompanhado de um profissional. O estudo apresentou um resultado de 50,6% (290) de pessoas que se automedicaram durante a pandemia da COVID-19. No entanto, em estudo transversal publicado na literatura, realizado na Etiópia por Fekadu (2020), a porcentagem encontrada de profissionais que já se automedicaram fora do contexto pandêmico foi de 73,4% (248) que é superior a pessoas que nunca se automedicaram, sendo descrito uma tendência crescente dessa prática na Etiópia.

Durante a pandemia, os profissionais de saúde não demonstraram uma mudança na percepção do padrão da auto prescrição. Cerca de 43,1% participantes (125) discordaram que houve uma influência da pandemia na prática da automedicação. No entanto, Onchonga (2020) demonstrou uma divergência do padrão populacional do Quênia em relação aos brasileiros durante o período da pandemia. Os profissionais de saúde do Quênia referiram que houve um aumento de 24,3%

(92) no consumo de medicamentos sem prescrição, após coleta de dados realizada antes da pandemia e no segundo semestre de 2020 após o surto pandêmico.

Outros estudos realizados por Aziz (2018), Eticha e Mesfin (2014), realizados respectivamente no Paquistão e Etiópia antes da pandemia da COVID-19, tiveram resultados semelhantes aos participantes da presente pesquisa que preferem se automedicar do que procurar auxílio de profissionais devido ao conhecimento prévio de seus sinais e sintomas e por julgá-los triviais para a busca de serviços de saúde. Além disso, a experiência anterior do uso de determinado medicamento é o segundo motivo mais prevalente desse estudo. Na publicação de Fekadu (2020) realizada entre a população geral brasileira e, em paralelo, com Pons (2017) que analisa profissionais da saúde da Etiópia, encontraram valores que demonstram que a experiência anterior é um dos motivos mais frequentes antes do decreto da pandemia. Os profissionais, principalmente a classe médica, detém de um conhecimento científico prévio e destinado ao tratamento dos seus pacientes, que o faz impor um julgamento subjetivo sobre seu diagnóstico e tratamento, considerando que haja uma preocupação em evitar procurar outros profissionais em função da sua própria formação, assim como trouxe o resultado da pesquisa dos autores Ali (2012).

Em relação aos sinais e sintomas mais frequentemente associados à automedicação, a enxaqueca/cefaleia foi apontada como principal motivo da auto prescrição, sendo citada por 45,2% (131) dos profissionais de saúde. No estudo realizado por de Oliveira e Pelógia (2011) demonstrou valores significativos, com 33,7% (23) do pessoal da saúde, dentre eles biomédicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, fonoaudiólogos, nutricionistas, técnicos em radiologia, com queixa de cefaleia tensional e enxaqueca, que afeta grande parte da população geral e quando está presente, pode estar frequentemente associada a outras comorbidades, como dores nas articulações e sintomas de ansiedade, relatados no estudo por Porst (2020) realizado entre grupo de participantes residentes na Alemanha que referiram algum tipo de cefaleia. Apesar de ser um sintoma comum na população em geral, como no estudo realizado na Alemanha escrito por Möckel (2021), é um sintoma caracterizado como dor recorrente e mais referido na comunidade médica. Porém, os estudos não correlacionam os dados com o contexto pandêmico como faz a presente pesquisa.

Nosso estudo relatou que analgésicos e anti-inflamatórios foram as classes medicamentosas mais consumidas durante o segundo semestre de 2020, no intervalo de coleta de dados, representando 55,5% (161) no total de respostas. A automedicação é um achado comum no tratamento das cefaleias com o uso de ambas as classes terapêuticas no Brasil mesmo antes do decreto da pandemia (2011, de Oliveira & Pelógia). Apesar de tratar dores recorrentes, o uso auto prescrito de qualquer medicamento, inclusive da combinação de analgésico e anti-inflamatório, pode mascarar outras doenças, atrasando diagnósticos e tratamentos (2021, Canari). Os estudos de Oliveira e Pelógia (2011), Hem (2005) e Tomasi (2007) mostram que o grupo dos analgésicos representam a classe com maior uso, que teve sua comercialização aumentada logo após o decreto da pandemia da COVID-19. Assim como identificado na literatura por Romano (2021), o pico de vendas de analgésicos e anti-inflamatórios em Portugal foi atingido cerca de quatro dias após o decreto da pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o que corrobora para os resultados encontrados no presente estudo. No entanto, diante dessas informações, podemos inferir que analgésicos e anti-inflamatórios continuam sendo os medicamentos mais dispensados, independente do contexto pandêmico.

O uso desses medicamentos pode levar a reações adversas e inesperadas pelo responsável da automedicação. Apesar de terem sido encontrados valores baixos no estudo, contabilizando 6,2% (18), na literatura descrita por Gras (2021), realizada dentro do cenário norte-americano, o número de notificações prestadas a reações colaterais especificamente relacionadas a automedicação atribuiu o valor de 3,7% (114) a essa condição, relatada principalmente por médicos especialistas. Associado ao período inicial da pandemia da COVID-19, o número dessas notificações de eventos adversos relacionados a automedicação, assim como os erros de medicação, dobrou em relação ao ano anterior referente ao mesmo período. No entanto, quando

ocorrem, são responsáveis pelo acometimento de diversos sistemas, como desordens neurológicas e gastrointestinais, assim como descrito por Berrini (2015).

Há uma regulamentação de órgãos nacionais, como da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) disponível na portaria RDC nº 41/2012, que define os medicamentos que podem ser comercializados sem necessidade de receita prescrita por um profissional. Apesar disso, a bula é a única orientação disponível que o órgão nacional preconiza com obrigatoriedade para que o paciente tenha conhecimento da medicação que está fazendo uso por conta própria. A falta de hábito da leitura das informações contidas na bula pode levar ao consumo de doses inadequadas e reações colaterais, assim como foi demonstrado no presente estudo que apenas 21,4% (62) dos entrevistados sempre leem a bula antes de se automedicar.

Muito relacionado à automedicação, foram referidos em nosso trabalho que 13,8% (40) dos trabalhadores de saúde possuem dores nas articulações. Assim como foi citado em outro estudo realizado na Polônia por Mroczek (2020), profissionais da saúde que possuem rotina de longas jornadas de trabalho, referente a mais de 40 horas semanais e em mais de um local, possuem queixas de dores articulares com mais frequência. Dos resultados encontrados nesse estudo, os profissionais no Brasil possuem longas jornadas, a maioria superior a 49 horas semanais em mais de quatro meses de atuação na linha de frente contra a COVID-19, bem como uma parcela desses trabalhadores possuem atividades em sistemas público e privado (59). Seguindo das dores nas articulações, o sintoma de ansiedade correspondeu a 11,0% das respostas (32). A carga psicológica geral em profissionais da saúde desencadeia sintomas de ansiedade relacionados ao trabalho, como resultado encontrado por Rodriguez & Sanchez (2020), em uma revisão de literatura, identificaram um impacto psicossocial entre os profissionais da saúde inseridos em sistemas hospitalares de diferentes países que atuaram contra a COVID-19. Em paralelo, estudo realizado por Barros (2010) em hospitais públicos do Rio de Janeiro, foi identificado que o grupo de enfermeiros com jornadas de trabalho mais extensas, independente do contexto pandêmico, denota uma das condições que leva à automedicação.

O presente estudou demonstrou limitações, haja vista que o material coletado refere-se a autorrelato, não sendo possível a testagem química dos fármacos. A amostragem também pode ser considerada fator limitante tendo em vista o fato de abarcar apenas profissionais da saúde, preferencialmente em ação frente à pandemia.

5. Conclusão

Concluimos que para a amostra estudada, não houve uma diferença significativa entre a automedicação por profissionais da saúde antes e após a instauração da pandemia. Todavia, a automedicação é um problema de saúde significativo no Brasil, e os resultados desse estudo não devem ser interpretados como recomendação para uma prática facilitadora do consumo de medicamentos.

Faz-se necessário investir em novos estudos que demonstrem a relação automedicação entre os diversos profissionais pré-pandemia, durante o período pandêmico e no pós-pandemia, haja vista ser uma chaga na saúde pública brasileira.

Referências

- Ali, A. N., Kai, J. T. T. K., Keat, C. C. & Dhanaraj, S. (2012). Práticas de automedicação entre profissionais de saúde em uma universidade privada, Malásia. *International Current Pharmaceutical Journal*, 1 (10), 302–310. <https://doi.org/10.3329/icpj.v1i10.11846>.
- Arrais P. S. D., Fernandes M. E. P., da Silva Dal Pizzol T., Ramos L. R., Mengue S. S., Luiza V. L., et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. *Rev Saude Publica*. 2016;50(supl 2):13s.
- Aziz, M. M., Masood, I., Yousaf, M., Saleem, H., Ye, D., & Fang, Y. (2018). Pattern of medication selling and self-medication practices: A study from Punjab, Pakistan. *PLoS one*, 13(3), e0194240. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0194240>.
- Barros, A. R. R., Griep, R. H., & Rotenberg, L. (2009). Self-medication among nursing workers from public hospitals. *Revista Latino-americana De Enfermagem*, 17(Rev. Latino-Am. Enfermagem, 2009 17(6)), 1015–1022. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692009000600014>.

- Baud, D., Qi, X., Nielsen-Saines, K., Musso, D., Pomar, L., & Favre, G. (2020). Real estimates of mortality following COVID-19 infection. *The Lancet Infectious diseases*, 20(7), 773. [https://doi.org/10.1016/S1473-3099\(20\)30195-X](https://doi.org/10.1016/S1473-3099(20)30195-X).
- Bennadi D. (2013). Self-medication: A current challenge. *Journal of basic and clinical pharmacy*, 5(1), 19–23. <https://doi.org/10.4103/0976-0105.128253>.
- Berreni, A., Montastruc, F., Bondon-Guitton, E., Rousseau, V., Abadie, D., Durrieu, G., Chebane, L., Giroud, J. P., Bagheri, H., & Montastruc, J. L. (2015). Adverse drug reactions to self-medication: a study in a pharmacovigilance database. *Fundamental & clinical pharmacology*, 29(5), 517–520. <https://doi.org/10.1111/fcp.12140>.
- Camacho, K. G., Gomes Junior, S. C. D. S., Reis, A. T., Junqueira-Marinho, M. F., França, L. C. M., Abramov, D. M., de Azevedo, Z. M. A., Moreira, M. E. L., de Vasconcelos, Z. F. M., Salú, M. D. S., da Silva, M. L., Castro, B. D. S. M., Rodrigues, J. M., Pereira, C. D., Werner Junior, J., Bastos Junior, R. M., Caixeta, D. M. D. L., & Moore, D. C. B. C. (2022). Repercussions of the COVID-19 pandemic on health professionals in the state of Rio de Janeiro / Brazil. *PLoS one*, 17(1), e0261814. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0261814>.
- Eticha, T., & Mesfin, K. (2014). Self-medication practices in Mekelle, Ethiopia. *PLoS one*, 9(5), e97464. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0097464>.
- Faqihi, A. H. M. A., & Sayed, S. F. (2021). Self-medication practice with analgesics (NSAIDs and acetaminophen), and antibiotics among nursing undergraduates in University College Farasan Campus, Jazan University, KSA. *Annales pharmaceutiques francaises*, 79(3), 275–285. <https://doi.org/10.1016/j.pharma.2020.10.012>
- Fekadu G, Dugassa D, Negera G Z, Woyessa T B, Turi E, Tolossa T, Fetensa G, Assefa L, Getachew M, & Shibiru T. (2020). Práticas de automedicação e fatores associados entre profissionais de saúde em hospitais selecionados do oeste da Etiópia. *Paciente prefere adesão*. 2020; 14:353-361 <https://doi.org/10.2147/PPA.S244163>
- Gonzaga, C. E., Kotze, P. G., & Olandoski, M. (2021). Prevalence of Self-medication for dyspeptic symptoms in Primary Care: A Brazilian Survey. *Arquivos de Gastroenterologia*, 58(Arq. Gastroenterol, 2021 58(3)), 364–369. <https://doi.org/10.1590/S0004-2803.202100000-61>.
- Gras, M., Gras-Champel, V., Moragny, J., Delaunay, P., Laugier, D., Masmoudi, K., & Liabeuf, S. (2021). Impact of the COVID-19 outbreak on the reporting of adverse drug reactions associated with self-medication. *Annales pharmaceutiques francaises*, 79(5), 522–529. <https://doi.org/10.1016/j.pharma.2021.02.003>
- Hem, E., Stokke, G., Tyssen, R., Grønbold, N. T., Vaglum, P., & Ekeberg, Ø. (2005). Self-prescribing among young Norwegian doctors: a nine-year follow-up study of a nationwide sample. *BMC medicine*, 3, 16. <https://doi.org/10.1186/1741-7015-3-16>
- Kassie, A. D., Biftu, B. B., & Mekonnen, H. S. (2018). Self-medication practice and associated factors among adult household members in Meket district, Northeast Ethiopia, 2017. *BMC pharmacology & toxicology*, 19(1), 15. <https://doi.org/10.1186/s40360-018-0205-6>
- Makowska, M., Boguszewski, R., Nowakowski, M., & Podkowińska, M. (2020). Self-Medication-Related Behaviors and Poland's COVID-19 Lockdown. *International journal of environmental research and public health*, 17(22), 8344. <https://doi.org/10.3390/ijerph17228344>
- Möckel, L., Gerhard, A., Mohr, M., Armbrust, C. I., & Möckel, C. (2021). Prevalence of pain, analgesic self-medication and mental health in German pre-hospital emergency medical service personnel: a nationwide survey pilot-study. *International archives of occupational and environmental health*, 94(8), 1975–1982. <https://doi.org/10.1007/s00420-021-01730-x>
- Mota, I. A., Oliveira Sobrinho, G. D., Morais, I. P. S., & Dantas, T. F. (2021). Impact of COVID-19 on eating habits, physical activity and sleep in Brazilian healthcare professionals. *Arquivos de neuro-psiquiatria*, 79(5), 429–436. <https://doi.org/10.1590/0004-282X-ANP-2020-0482>
- Mroczek, B., Łubkowska, W., Jarno, W., Jaraczewska, E., & Mierzecki, A. (2020). Occurrence and impact of back pain on the quality of life of healthcare workers. *Annals of agricultural and environmental medicine: AAEM*, 27(1), 36–42. <https://doi.org/10.26444/aaem/115180>
- Noone, J., & Blanchette, C. M. (2018). The value of self-medication: summary of existing evidence. *Journal of medical economics*, 21(2), 201–211. <https://doi.org/10.1080/13696998.2017.1390473>
- Oliveira A. L. M., & Pelógia N. C. C. (2022). Cefaleia como principal causa de automedicação entre os profissionais da saúde não prescritores. *Rev Ciên Saúde*, 7(1):6-13.
- Onchonga, D., Omwoyo, J., & Nyamamba, D. (2020). Assessing the prevalence of self-medication among healthcare workers before and during the 2019 SARS-CoV-2 (COVID-19) pandemic in Kenya. *Saudi pharmaceutical journal: SPJ: the official publication of the Saudi Pharmaceutical Society*, 28(10), 1149–1154. <https://doi.org/10.1016/j.jsps.2020.08.003>.
- Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., Shitsuka, R. (2018). Metodologia da Pesquisa Científica. *Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)*. Ministério da Educação.
- Pons, E. D. S., Knauth, D. R., Vigo, Á., PNAUM Research Group, & Mengue, S. S. (2017). Predisposing factors to the practice of self-medication in Brazil: Results from the National Survey on Access, Use and Promotion of Rational Use of Medicines (PNAUM). *PLoS one*, 12(12), e0189098. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0189098>.
- Porst M, Wengler A, Leddin J, Neuhauser H, Katsarva Z, & Lippe E. V. (2020). Migräne und Spannungskopfschmerz in Deutschland. Prävalenz und ErkrankungsschwereimRahmen der Krankheitslast-Studie, *Journal of Health Monitoring* • 2020 5(S6).
- Quincho-Lopez, A., Benites-Ibarra, C. A., Hilario-Gomez, M. M., Quijano-Escate, R., & Taype-Rondan, A. (2021). Self-medication practices to prevent or manage COVID-19: A systematic review. *PLoS one*, 16(11), e0259317. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0259317>
- Quispe-Cañari, J. F., Fidel-Rosales, E., Manrique, D., Mascaró-Zan, J., Huamán-Castillón, K. M., Chamorro-Espinoza, S. E., Garayar-Peceros, H., Ponce-López, V. L., Sifuentes-Rosales, J., Alvarez-Risco, A., Yáñez, J. A., & Mejía, C. R. (2021). Self-medication practices during the COVID-19 pandemic among the adult population in Peru: A cross-sectional survey. *Saudi pharmaceutical journal: SPJ: the official publication of the Saudi Pharmaceutical Society*, 29(1), 1–11. <https://doi.org/10.1016/j.jsps.2020.12.001>.

- Rodrigues, C.F. (2020). Automedicação com antibióticos em Maputo, Moçambique: práticas, racionalidades e relações. *Palgrave Commun.* <https://doi.org/10.1057/s41599-019-0385-8>.
- Romano, S., Galante, H., Figueira, D., Mendes, Z., & Rodrigues, A. T. (2021). Time-trend analysis of medicine sales and shortages during COVID-19 outbreak: Data from community pharmacies. *Research in social & administrative pharmacy: RSAP*, 17(1), 1876–1881. <https://doi.org/10.1016/j.sapharm.2020.05.024>.
- Sadio, A.J., Gbeasor-Komlanvi, F.A., Konu, R.Y. (2021). Avaliação das práticas de automedicação no contexto do surto de COVID-19 no Togo. *BMC Public Health*, 58 (2021). <https://doi.org/10.1186/s12889-020-10145-1>.
- Sado, E., Kassahun, E., Bayisa, G., Gebre, M., Tadesse, A., & Mosisa, B. (2017). Epidemiology of self-medication with modern medicines among health care professionals in Nekemte town, western Ethiopia. *BMC research notes*, 10(1), 533. <https://doi.org/10.1186/s13104-017-2865-5>.
- Sahanic, S., Boehm, A., Pizzini, A., Sonnweber, T., Aichner, M., Weiss, G., Loeffler-Ragg, J., & Tancevski, I. (2020). Assessing self-medication for obstructive airway disease during COVID-19 using Google Trends. *The European respiratory journal*, 56(5), 2002851. <https://doi.org/10.1183/13993003.02851-2020>.
- Severino, A. J. (2013). Metodologia do Trabalho Científico. *Ed. Cortez*.
- Teixeira, C. F. de S., Soares, C. M., Souza, E. A., Lisboa, E. S., Pinto, I. C. de M., Andrade, L. R. de, & Espiridião, M. A. (2020). A saúde dos profissionais de saúde no enfrentamento da pandemia de Covid-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(Ciênc. saúde coletiva, 2020 25(9)), 3465–3474. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.19562020>.
- Tomasi, E., Sant'Anna, G. C., Oppelt, A. M., Petrini, R. M., Pereira, I. V., & Sassi, B. T. (2007). Condições de trabalho e automedicação em profissionais da rede básica de saúde da zona urbana de Pelotas, RS. *Revista Brasileira De Epidemiologia*, 1010(1), 66–74. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2007000100008>.